

5- Não são objeto de extensão as cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1- A presente portaria entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2- A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

21 de janeiro de 2019 - O Secretário de Estado do Empr

4- As disposições da presente convenção consideram-se sempre aplicáveis a trabalhadores de ambos os sexos.

Artigo 1.º-A

Adesão individual ao contrato

1- 2 V WUDEDOKDGRUHV Q m R ç OLDGRV outorgantes, a quem não se aplica o presente contrato coletivo, e pretendam que este passe a ser-lhes aplicável, deverão comunicá-lo por escrito à direção do estabelecimento de ensino:

a) No prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação, para que o presente acordo produza efeitos desde a sua entrada em vigor;

b) Para além do previsto na alínea anterior, em qualquer altura, situação em que o presente acordo produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de adesão.

2- Ao aderir a este acordo, o trabalhador concorda em participar nas despesas de negociação, celebração e revisão do contrato coletivo de trabalho em prestação correspondente a 0,5 % da remuneração líquida mensal durante o período de vigência do contrato.

3- A renovação sucessiva da presente convenção permite a sua aplicação a todos os trabalhadores abrangidos pelos acordos anteriores.

4- Os pedidos de adesão à presente convenção são feitos diretamente e voluntariamente a um dos sindicatos subscritores desta convenção, a vontade do trabalhador, os pedidos podem ser realizados junto da entidade empregadora.

5- A contribuição prevista no número 2 é satisfeita voluntariamente a qualquer um dos sindicatos subscritores desta convenção, livremente escolhido pelo trabalhador, a qual deverá ser paga mensalmente, através de autorização de débito direto durante o período de vigência da convenção ou durante o número de meses de contrato celebrado com o trabalhador ou através de desconto autorizado pelo trabalhador, realizado mensalmente no salário pela entidade patronal, a qual reenviará os montantes descontados para os sindicatos

escolhidos, até ao quinto dia sobre a data do desconto, comunicando no mesmo prazo a cada sindicato seleccionado a relação dos trabalhadores a quem foram realizados os descontos.

6- Independentemente das opções de adesão, previstas no número 4, e das opções de prestação da contribuição, previstas no número 5, o trabalhador deverá, quando comunicar ao sindicato escolhido a sua preferência e/ou quando da primeira prestação da contribuição, indicar a designação da entidade empregadora, estabelecimento de ensino ou formação PRUDGD UHPXQHUDomR L (trabalhador do quadro do estabelecimento ou contratado) e data de início e termo do contrato para os trabalhadores com contrato a termo.

7- Quando os pedidos de adesão forem feitos directamente a um dos sindicatos subscritores do presente CCT, este passará ao trabalhador uma declaração da adesão, com a identificação FDomR GR WUDEDOKDGRU H GD aquele sindicato comunicar a essa entidade empregadora a adesão do trabalhador para que este possa passar a estar abrangido pelo CCT.

8- Se os pedidos de adesão forem formalizados junto da entidade empregadora, esta passará ao trabalhador declaração do facto e comunicará ao sindicato ou sindicatos escolhidos pelos trabalhadores a listagem dos trabalhadores, com D UHVSHFWLYD LGHQWL FDomR contratual e remuneratória

9- A interrupção do pagamento da contribuição prevista no número 2 dá origem à suspensão da adesão do trabalhador à presente convenção colectiva.

Artigo 2.º

Âmbito temporal

1- A presente convenção entra em vigor cinco dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* ou em 31 GH DJRVWR GH FRQVRDQWH vigorará pelo prazo de um ano e, salvo denúncia, renova-se sucessivamente por igual período.

2- As tabelas salariais e as cláusulas de expressão pecuniária terão uma vigência mínima de um ano, serão revistas anualmente, produzindo efeitos a 1 de setembro.

3- A denúncia pode ser feita, por qualquer das partes, com a antecedência de, pelo menos, três meses em relação ao prazo de vigência previsto no número 1, e deve ser acompanhada de propostas de alteração e respetiva fundamentação.

4- No caso de haver denúncia, a convenção mantém-se em regime de sobrevivência durante o período em que decorra a negociação ou no máximo durante 12 meses.

5- Decorrido o período referido no número anterior, o CCT mantém-se em vigor durante 30 dias após qualquer das partes comunicar ao ministério responsável pela área laboral e à outra parte que o processo de negociação terminou sem acordo, após o que caduca, à exceção das matérias referidas no número seguinte.

6- Salvo se houver nova convenção e esta dispuser em sentido contrário, manter-se-ão em vigor as seguintes matérias da presente convenção:

- a) 'LUHLWRV H GHYHUHV GDV SDUWHV
- b) 5HWULEXLomR GRV WUDEDOKDGRU
- c) Duração máxima dos períodos normais de trabalho diário e semanal, incluindo os períodos referenciados no regime GH DGDSWDELOLGDGH EDQFR GH KR
- e) &DWHJRULDV H HQTDXGUDPHQWRS

Artigo 3.º

Deveres da entidade patronal

- São deveres da entidade patronal:
- a) Cumprir, na íntegra, a presente convenção e demais le- OtTXLGD H VLWXDomR SUR VVLRQDO JLVODomR HP YLJRU
 - b) Respeitar e tratar o trabalhador com urbanidade e pro- ELGDGH
 - c) 1mR LPSHGLU QHP GL FXOWDU D P que sejam dirigentes sindicais ou delegados sindicais, mem- bros de comissões de trabalhadores e representantes nas ins- HOWLGDGH HP SUHIDGRUD GHYHQGR WLWXLOJHV GH SUHYLGIOFLD
 - d) Exigir a cada trabalhador apenas o trabalho compatível FRP D UHVSHWLYD FDWHJRULD SUR V
 - e) Prestar aos organismos competentes, nomeadamente GHSDUWDPHQWRV R FLDLV H DVVRFL sobre todos os elementos relativos ao cumprimento do pre- VHQH FRQWUDWR
 - f) Proporcionar aos seus trabalhadores boas condições de FDWHJRULD VLWXDomR SUR VVLRQDO KLJLHQH VHJXUDQOD
 - g) 'LVSHQVDU GDV DWLYLGDGHV SUR res que sejam dirigentes ou delegados sindicais, quando no exercício de funções inerentes a estas qualidades, dentro dos OLPLWHV SUHYLVWRV QD OHL
 - h) &RQWULEXLU SDUD D PHOKRULD GF do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe forma- omR SUR VVLRQDO DGHTXDGD D GHV
 - i) Proporcionar, sem prejuízo do normal funcionamento GR HWWDEHOHFLPHQR R DFHVVR D Ra, nos termos da Lei Geral, e da Lei de Ruptura, o a- mento que sejam considerados de reconhecido interesse pela GLUHfomR SHGDJyJLFD
 - j) Proporcionar aos trabalhadores o apoio técnico, mate- ULDO H GRFXPHQWDO QHFHVVIULR DR
 - l) Passar ao trabalhador, a pedido deste e em 10 dias úteis, FHUWL FdGRV GH WHPSR GH VHUYLO YLJRU
 - m) Cumprir as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho aplicáveis.

Artigo 4.º

Deveres dos trabalhadores

- São deveres dos trabalhadores:
- a) &XPSULU DV REULJDoJHV HPHUJHQV
 - b) Exercer, com competência, zelo e dedicação, as funções TXH OKHV VHMDP FRQ DGdV
 - c) Acompanhar, com interesse, os que ingressam na pro- VV mR
 - d) Guardar lealdade ao empregador, nomeadamente não negociando por conta própria ou alheia em concorrência com ele, nem divulgando informações referentes à sua organiza-

omR PpWRGRV GH SURGXomR RX QHJyFLRV

Artigo 5.º

e) Cumprir as normas de saúde, higiene e segurança no
WUDEDOKR DSOLFiyHLV

f) Abster-se de atender particularmente alunos que nesse
ano se encontrem matriculados no estabelecimento, no que
UHVSHLWD DRV GRFHQWHV H IRU

g) Zelar pela preservação e uso adequado das instalações
H HTXLSDPHQWRV

h) Colaborar com todos os intervenientes no processo edu-
cativo favorecendo a criação e o desenvolvimento de rela-
ções de respeito mútuo, especialmente entre docentes, alu-
QRV H HQFDUUHJDGRV GH HGXF

i) Participar empenhadamente nas ações de formação pro-
ç VVLRQDO TXH OKH VHMDP SURSRU

j) Prosseguir os objetivos do projeto educativo do esta-
belecimento de ensino contribuindo, com a sua conduta e
GHVHPSHQKR SURç VVLRQDO SDU

l) Gerir o processo de ensino/aprendizagem no âmbito dos
SURJUDPDV GHçQLGRV H GDV GL

m) \$FHLWDU D QRPHDomR SDUD V

n) Acompanhar, a título de assistência pedagógica, os seus
DOXQRV HP H[DPHV RçFLDLV

o) Assistir a quaisquer reuniões escolares marcadas pela
GLUHFomR GD HVFROD

p) Aceitar o desempenho de funções em estruturas de
apoio educativo, bem como tarefas relacionadas com a orga-
QL]DomR GD DFWLYLGDGH HVFROD

q) Por sua iniciativa ou quando solicitado desenvolver
trabalhos e participar em acções tendentes à constante ac-
tualização académica no sentido da contínua melhoria das
suas capacidades, competências e performances técnicas,
DFDGPPLFDV H HGXFWDWLYDV H G

r) Contribuir para a integração e relacionamento da escola
no meio, como elemento activo e interveniente, designada-
PHQWH QRV GRPtQLRV FXOWXUD

s) Empenhar-se na obtenção do seu reconhecimento como
representantes da escola e dos seus propósitos educativos em
todos os momentos da sua actividade, interna e externamen-
WH

t) Abster-se de, sem a anuência da direcção pedagógica,
aconselhar ou, por qualquer forma, dar parecer favorável aos
alunos relativamente à hipótese de uma eventual transferên-
FLD GD HVFROD

u) Cumprir o regulamento interno do estabelecimento de
ensino, nomeadamente quanto à proteção de dados pessoais
dos alunos, encarregados de educação e demais membros da
comunidade educativa.

Garantias dos trabalhadores

É vedado à entidade patronal:

a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exer-
za os seus direitos ou aplicar-lhe sanções por causa desse
H[HUFtFLR

b) Exercer pressão sobre o trabalhador para que atue no
VHQWLGR GH LQAXLU GHVIDYRUDYHO
OKR GHOH RX GRV FROHJDV

c) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou utilizar servi-
ços fornecidos pela entidade patronal ou pessoa por ela in-
GLFDGD

d) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
bros das comissões de trabalhadores ou membros da direcção
sindical que seja exercida dentro dos limites estabelecidos

e) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
deste modo, a saber: a) a direcção geral do trabalho, a direcção
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

f) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
local apropriado para o efeito, reservado pela entidade pa-
tronal, a saber: a) a direcção geral do trabalho, a direcção

g) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
UHODWLYRV j YLGD VLQGLFDO H DRV

h) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
GRV WUDEDOKDGRUHV EHP FRPR SUR

i) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

j) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

k) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

l) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

m) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

n) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

o) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

p) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

q) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

r) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

s) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

t) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

u) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

v) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

w) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

x) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

y) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

z) Impedir o trabalhador de exercer as suas funções em
PHQWH R GLUHLWR GH Dç[DU QR LQW

Artigo 6.º

Formação contínua

1- O trabalhador tem direito, em cada ano, a um núme-
ro mínimo de trinta e cinco horas de formação contínua ou,
sendo contratado a termo por período igual ou superior a três
meses, um número mínimo de horas proporcional à duração
do contrato nesse ano, nos termos da lei.

2- Os planos de formação contínua têm de abranger, em
cada ano, um mínimo de 30 % do total dos trabalhadores

efetivos da empresa.

3- O trabalhador pode utilizar o crédito de horas estabelecido no número um se a formação não for assegurada pela empresa, mediante comunicação prévia mínima de 20 dias, podendo ainda acumular esses créditos pelo período de três anos.

4- O conteúdo da formação referida no número 3 é escolhido pelo trabalhador, devendo ter correspondência com a sua formação de informação e comunicação, segurança, higiene e saúde no trabalho.

5- À formação contínua aplica-se o regime da lei geral.

Artigo 7.º

Categorias e carreiras profissionais

1- Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção são os que exercem funções de ensino, de acordo com o anexo II.

2- Os docentes e formadores que leccionam no ensino profissional são remunerados de acordo com a tabela correspondente a cada uma.

3- Os docentes não mencionados no número anterior são remunerados pelas tabelas A, K e P do anexo III, consoante o caso.

4- Sem prejuízo do previsto no número seguinte e no número 3 do artigo 70.º, os docentes que leccionam em diversas modalidades de oferta são remunerados pelas horas letivas atribuídas em cada modalidade e a tabela correspondente a cada uma.

5- Os docentes com contrato de trabalho em vigor à data da entrada em vigor do presente CCT e que exerçam ou continuem a exercer funções no ensino regular e noutras modalidades dentro do mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos de ensino do mesmo grupo, mantêm a sua remuneração pela tabela A, K ou P do anexo III na totalidade do horário de trabalho.

Artigo 8.º

Acesso e progressão na carreira

1- Os docentes abrangidos pelo presente CCT são remunerados, pelo tempo de serviço e pela avaliação de desempenho.

2- Para efeitos da presente convenção aplicam-se as regras e os critérios de avaliação de desempenho previstos no anexo I.

3- Sempre que for aplicado o Regulamento de Avaliação de Desempenho, os resultados na avaliação, nos exatos termos de que se trata, são considerados para efeitos de progressão.

4- Na falta de avaliação de desempenho por motivos imputáveis à entidade empregadora, considera-se como bom o serviço prestado pelo trabalhador no cumprimento dos seus deveres.

5- A progressão na carreira ocorre em 1 de setembro de cada ano, de acordo com a estrutura de carreira vigente, quando, nessa data, o trabalhador reunir as condições necessárias para a progressão.

6- Quando a reunião das condições para progressão na carreira ocorrer entre 2 de setembro e 31 de dezembro, os efeitos da progressão retroagem a 1 de setembro.

7- Para efeitos de acesso e progressão nos vários níveis de vencimento conta-se o tempo de serviço prestado anteriormente no mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimento de ensino pertencente à mesma entidade patronal.

8- Salvo acordo em contrário expresso no contrato individual de trabalho, o tempo de serviço prestado em outros estabelecimentos de ensino não superavitário releva 0,5 por cada ano completo de serviço, para efeitos de integração no nível de vencimento.

9- A suspensão do contrato de trabalho não conta para efeitos de progressão na carreira, na medida em que a progressão pressupõe a prestação de efetivo serviço.

10- Caso, no decorrer do ano letivo, seja aplicada ao trabalhador sanção disciplinar de suspensão do trabalho com perda de retribuição e antiguidade ou despedimento sem indemnização ou compensação, considera-se que o serviço prestado nesse ano não conta para efeitos de progressão na carreira.

11- Só releva para contagem de tempo de serviço, o trabalho prestado pelo trabalhador durante o tempo em que a sua relação laboral estiver subordinada à presente convenção, incluindo para efeitos do estabelecido nos números 7 e 8 do presente artigo.

12- A carreira docente na tabela A tem um condicionamento na passagem do nível 3 para o nível 2, apenas sendo obrigatória a progressão de docentes até que se encontre totalmente preenchida, no conjunto dos níveis 1 e 2, a percentagem de 20 % do total de docentes, com um mínimo de 1.

13- Quando se aplique o condicionamento do número anterior, têm prioridade na passagem para o nível 2, reunidos os demais requisitos, os docentes com maior antiguidade ao abrigo do presente contrato.

14- Quando, após aplicação do disposto no número anterior, haja empate, terá prioridade o trabalhador com mais antiguidade no estabelecimento de ensino e, sendo necessário novo critério, o trabalhador com mais idade.

15- Os docentes abrangidos pelo presente CCT são remunerados, pelo tempo de serviço e pela avaliação de desempenho, de acordo com a tabela correspondente a cada uma, de acordo com o anexo III, consoante o caso.

Artigo 9.º

Reclassificação na carreira docente

1- De acordo com a presente convenção, determina-se a reclassificação dos docentes de acordo com a tabela correspondente a cada uma, de acordo com o anexo III, consoante o caso.

de setembro seguinte à data da sua conclusão, desde que o docente o comprove em tempo oportuno.

2- Os docentes que, nos termos do número anterior, forem UHFODVVL ç FDGRV VmR HQTxDG UDEGRV. QD WDEHOD SDUD TXH WUDQVL

Artigo 10.º

Contagem de tempo serviço

1- O trabalhador completa um ano de serviço após a prestação de 365 dias de serviço.

2- No caso de horário incompleto, o tempo de serviço prestado é calculado proporcionalmente.

3- Para efeitos do disposto no número 2, considera-se horário incompleto aquele que seja inferior a 80 % do horário completo a não ser que o horário seja incompleto por motivo imputável ao trabalhador.

4- No caso dos docentes do ensino artístico especializado com horário incompleto por motivo que não lhes seja imputável, o tempo de serviço prestado em simultâneo noutros estabelecimentos do ensino artístico especializado, e que tenha sido devidamente autorizado pelo estabelecimento de ensino, é contabilizado para efeitos de contagem de tempo de serviço para progressão no estabelecimento de ensino na pendência da relação laboral.

Artigo 11.º

Docentes em acumulação

Não têm acesso à carreira docente os docentes em regime de acumulação de funções entre o ensino particular e o ensino público. QRS~EOLFR RX HQWUH R HQVLQR

Artigo 12.º

Período experimental

1- A admissão dos trabalhadores considera-se feita a título experimental pelos períodos e nos termos previstos na lei.

2- Para estes efeitos, considera-se que os trabalhadores com funções pedagógicas exercem um cargo de elevado grau GH UHVSQRQVDELOLGDGH H HVSHFLDQDOR. QD WDEHOD SDUD TXH WUDQVL

3- Decorrido o período experimental, a admissão considera-se definitiva UDU VH i GH ç QLWLYD FRQWDQGR QVPHUR QVHLUXLQGRVH GRVPMULDEVDQKD

4- Durante o período experimental, qualquer das partes pode pôr termo ao contrato, sem necessidade de aviso prévio nem alegação de justa causa, não havendo lugar a nenhuma compensação nem indemnização.

5- Não se aplica o disposto nos números anteriores, entendendo-se que a admissão é em contrato de trabalho por tempo indeterminado, quando o trabalhador seja admitido por iniciativa da entidade patronal, tendo para isso rescindido o contrato de trabalho anterior.

6- Tendo o período experimental durado mais de 60 ou 120 dias, para denunciar o contrato o empregador tem de dar um aviso prévio de 7 ou 15 dias úteis, respetivamente.

7- Nos contratos de trabalho a termo, a duração do período experimental é de 30 ou 15 dias, consoante o contrato tenha duração igual ou superior a seis meses ou duração inferior a seis meses. QD WDEHOD SDUD TXH WUDQVL

8- Para os contratos a termo incerto, cuja duração se preveja não vir a ser superior a 6 meses, o período experimental é de 15 dias. UHFODVVL ç FDGRV

Artigo 13.º

Contrato a termo

1- A admissão de um trabalhador por contrato a termo, certo ou incerto, só é permitida nos termos da lei.

2- O contrato de trabalho a termo só pode ser celebrado para satisfação de necessidade temporária do estabelecimento de ensino e pelo período estritamente necessário à satisfação dessa necessidade.

3- O contrato de trabalho a termo está sujeito a forma escrita e deve conter:

- a) , GHQWL ç FDomR DVVLQDWXUDV H C WHV
- b) \$WLYLGDGH GR WUDEDOKDGRU H F
- c) /RFDO H SHUtrGR QRUPDO GH WUD
- d) 'DWD GH LQtFLR GR WUDEDOKR
- e) Indicação do termo estipulado e do respetivo motivo MXVWL ç FDWLYR
- f) Datas de celebração do contrato e, sendo a termo certo, da respetiva cessação.

4- Considera-se sem termo o contrato de trabalho:

- a) (P TXH D HVWLSXODomR GH WHUPR GLVSRVLo}HV TXH UHJXODP R FRQWUI
- b) Celebrado fora dos casos em que é admissível por lei a FHOHEUDomR GH FRQWUDWR D WHUPR
- c) Celebrado em violação das normas previstas para a sucessão de contratos de trabalho a termo. QD WDEHOD SDUD TXH WUDQVL

5- Converte-se em contrato de trabalho sem termo:

- a) Aquele cuja renovação tenha sido feita em violação das normas relativas à renovação de contrato de trabalho a termo FHUWR
- b) Aquele em que seja excedido o prazo de duração ou o prazo de duração de um contrato de trabalho a termo QD WDEHOD SDUD TXH WUDQVL
- c) O celebrado a termo incerto, quando o trabalhador permaneça em atividade após a data de caducidade indicada na comunicação do empregador ou, na falta desta, decorridos GLDV DSYV D YHUL ç FDomR GR WHUPR

Artigo 14.º

Contrato a tempo parcial

1- Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo em situação comparável previsto no artigo 17.º

2- O contrato de trabalho a tempo parcial está sujeito a forma escrita e deve conter:

a) , GHQWL¿FDomR DVVLQDWXUDVridoeRPaHfiooRmaXreVuaG-H-GDmRSDU WHV

b) Indicação do período normal de trabalho diário e semanal, com referência comparativa a trabalho a tempo completo.

Artigo 15.º

Trabalho intermitente

Exercendo os estabelecimentos de ensino atividade com descontinuidade ou intensidade variável, podem a entidade empregadora e o trabalhador acordar que a prestação de trabalho seja intercalada por um ou mais períodos de inatividade, nos termos do regime de trabalho intermitente previsto na lei.

Artigo 16.º

Comissão de serviço

1- Pode ser exercido em comissão de serviço cargo de ad- PLQLVWUDomR RX HTXLYDOHQWH dependente da administração ou de diretor-geral ou equivalente, funções de secretariado pessoal de titular de qualquer desses cargos, ou outras funções cuja natureza também VXSQRKD HVSHFLDO UHODomR GH FRQ¿DQoD HP UHODomR D WLWXODU daqueles cargos, designadamente os cargos de coordenação pedagógica.

2- Pode exercer cargo ou funções em comissão de serviço um trabalhador da empresa ou outro admitido para o efeito.

3- O contrato para exercício de cargo ou funções em comissão de serviço está sujeito a forma escrita e deve conter:

a) , GHQWL¿FDomR DVVLQDWXUDV H GRPLFLOLR RX VHSHGDVSDU WHV

b) Indicação do cargo ou funções a desempenhar, com PHQomR H[SUHVV D GR UHJLP H GH FRPEVVMR GH VHUYLOR

c) No caso de trabalhador da empresa, a atividade que exerce, bem como, sendo diversa, a que vai exercer após FHVVDU D FRPLVVMR

d) No caso de trabalhador admitido em regime de comissão de serviço que se preveja permanecer na empresa, a atividade que vai exercer após cessar a comissão.

Artigo 17.º

Período normal de trabalho semanal

1- O período normal de trabalho semanal dos docentes é de 35 horas semanais.

2- O período normal de trabalho dos docentes integra uma componente letiva e uma componente não letiva.

3- Aos docentes será assegurado, em cada ano letivo, um período de trabalho letivo semanal igual àquele para que hajam praticado no ano letivo imediatamente anterior.

4- O disposto no número anterior não é aplicável quando aos docentes tenham sido atribuídas mais horas letivas que as previstas no artigo 18.º ou mais horas letivas do que as que tenham sido contratadas no seu contrato individual de trabalho, casos em que estes são os limites mínimos de trabalho lectivo garantido.

5- Quando não for possível assegurar a um docente o pe-

4, em consequência de alteração de currículo, diminuição do tempo de docência de uma disciplina, diminuição do número de alunos que determine a redução do número de turmas ou diminuição do número de alunos que procura a disciplina, opção ou instrumento, poderão a entidade empregadora e o trabalhador acordar a conversão do contrato de trabalho em contrato a tempo parcial, reduzindo o horário e a remuneração em conformidade, podendo o trabalhador fazer cessar o acordo por meio de comunicação escrita enviada ao empregador até ao décimo dia seguinte à sua celebração.

6- Excetua-se o disposto no número anterior quanto à cessação do acordo quando este seja devidamente datado e as assinaturas sejam objeto de reconhecimento notarial presencial.

7- A aplicação do disposto no número 5 impede nova contratação para as horas correspondentes à diminuição enquanto esta se mantiver.

8- Na falta do acordo previsto no número 5, a entidade empregadora poderá proceder à extinção do posto de trabalho nos termos do código do trabalho.

Artigo 18.º

Componente letiva

1- A componente lectiva do período normal de trabalho semanal dos docentes é de 22 horas semanais no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário e 25 horas na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico e para outros trabalhadores com funções docentes.

2- O horário letivo dos docentes é organizado de acordo com o projeto curricular de cada escola e a sua organização temporal, tendo em conta os interesses dos alunos e as disposições legais aplicáveis.

3- O horário lectivo dos docentes com componente lectiva de vinte e duas horas não pode ser organizado em mais de vinte e quatro aulas semanais, salvo nos casos do ensino ar- WtVWLFR HVSHFLDOL]DGR H QR HQVL

4- Por acordo das partes, a componente letiva do período normal de trabalho semanal dos docentes pode ser elevada até 33 horas semanais, aplicando-se o disposto no número 4 do artigo 39.º

5- 5HOHYDP SDUD R OLPLWH ¿[DGR Q as horas letivas prestadas para a mesma entidade empregadora, ainda que em mais de um estabelecimento de ensino.

6- A componente letiva do período normal de trabalho dos docentes poderá corresponder a uma média anual, caso em que não poderá exceder as 30 horas letivas numa mesma se- PDQD H GHVGH TXH VHMD DVVHJXUD correspondente à componente letiva contratada.

7- Sem prejuízo do disposto no artigo 25.º, os intervalos entre aulas são contabilizados no horário letivo ou não letivo dos docentes.

8- Para efeitos do disposto no número anterior, quando a componente lectiva for igual ou inferior a 1100 minutos, considera-se que os intervalos estão incluídos na componente lectiva e quando a componente lectiva for superior a 1100 minutos, até aos 1320 minutos, essa diferença deverá ser de-

duzida à componente não lectiva de estabelecimento.

9- Para o exercício das funções de direção de turma ou coordenação de curso e, ainda, outras funções de coordenação técnica e pedagógica são atribuídas duas horas semanais, a repartir entre a componente letiva e a componente não letiva de estabelecimento.

10- As horas referidas no número anterior fazem parte do horário de trabalho do docente.

11- No caso da componente letiva, por acordo das partes nos termos do disposto no número 4 do artigo 18.º, ser superior a 22 horas, as horas letivas acima destas, até às 33, são deduzidas à componente não letiva individual e, se esgotadas estas, à componente não letiva de estabelecimento.

Artigo 19.º

Componente não letiva

1- A componente não letiva corresponde à diferença entre as 35 horas de trabalho semanais e a duração da componente letiva.

2- A componente não letiva abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho do estabelecimento de ensino.

3- O trabalho individual compreende:

a) Preparação de aulas e de todas as restantes atividades e

b) \$YDOLDomR GR SURFHVVR HQV L Q V W U X P H Q W R V S H G D J y J L F R V

c) Elaboração de estudos e de trabalhos de investigação de Q D W X U H J D S H G D J y J L F D R X F L H Q W L E R S H G D J y L F D G H L O W H U H V V H E U L

4- O trabalho de estabelecimento de ensino abrange a realização de quaisquer trabalhos ou atividades indicadas pelo estabelecimento de ensino com o objetivo de contribuir para a concretização do seu projeto educativo, tais como:

a) Atividades de coordenação ou articulação curricular en- W U H G R F H Q W H V

b) Atividades de apoio educativo e de reforço das aprendi- J D J H Q V D J U X S R V G H D W p D O X Q R V

c) Atividades de acompanhamento de alunos motivado pela ausência do respetivo docente ou de reforço das apren- G L J D J H Q V S R U S H U t R G R Q X Q F D V X S H U L R U D W U R V G L D V V H J X L G R V

d) Atividades de informação e orientação educacional dos D O X Q R V

e) 5 H X Q L } H V F R P H Q F D U U H J D G R V G H H G X F D o m R

f) Reuniões, colóquios, congressos ou conferências que W H Q K D P D D S U R Y D o m R G R H V W D E H O H F L P H Q W R H Q V L Q R

g) Ações de formação e atualização aprovadas pela direção do estabelecimento de ensino ou aquelas que sejam F R Q V L G H U D G D V U H O H Y D Q W H V S D U D D F R O G L o m R V R E L R S U R V V L R Q D C

h) Reuniões de natureza pedagógica enquadradas nas es- W U X W X U D V G R H V W D E H O H F L P H Q W R G H H O V L O R

i) Serviço de exames.

5- A organização e estruturação da componente não letiva, salvo o trabalho individual, são da responsabilidade da direção pedagógica, tendo em conta a realização do projeto educativo do estabelecimento de ensino.

6- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o trabalho individual não pode ser inferior a 54 % da componente não letiva.

7- A componente não letiva de estabelecimento poderá F R U U H V S R Q G H U D X P D P p G L D D Q X D O

órgão pedagógico do estabelecimento de ensino.

Artigo 20.º

Docentes com trabalho a tempo parcial

1- No caso de docentes com trabalho a tempo parcial, as componentes lectiva e não letiva são reduzidas proporcionalmente.

2- A retribuição é calculada nos termos do número 5 do artigo 39.º

3- A pedido do docente o contrato poderá ser convertido em contrato a tempo parcial.

Artigo 21.º

Fixação do horário de trabalho

1- Compete à entidade patronal estabelecer os horários de trabalho, dentro dos condicionalismos da lei e da presente convenção.

2- Na elaboração dos horários de trabalho devem ser ponderadas as preferências manifestadas pelos trabalhadores.

3- A entidade patronal deverá desenvolver os horários de trabalho em cinco dias semanais, entre segunda-feira e sexta-feira, sem prejuízo do disposto no artigo 29.º

4- \$ H Q W L G D G H S D W U R Q D O Z F D V H E U L

anualmente, em local acessível, o mapa de horário de trabalho.

Artigo 22.º

Regras quanto à elaboração do horário letivo dos docentes

1- A entidade patronal não poderá impor ao professor horário que ocupe os três períodos de aulas, manhã, tarde e noite.

2- Para os trabalhadores adstritos ao serviço de transportes de alunos poderá ser ajustado entre as partes um horário móvel segundo as necessidades do estabelecimento.

V X S H U L R U D W U R V G L D V V H J X L G R V

Artigo 23.º

Adaptabilidade

1- O empregador e o trabalhador podem, por acordo e nos W H U P R V G D O H L G H Q L U R S H U t R G R

2- O acordo referido no número anterior pode ser celebrado mediante proposta, por escrito, do empregador, presumindo-se aceitação por parte do trabalhador que a ele não se oponha, por escrito, nos 14 dias seguintes ao conhecimento da mesma.

3- A entidade patronal pode aplicar o regime ao conjunto dos trabalhadores de uma equipa ou secção do estabelecimento de ensino caso, pelo menos, 60 % desses trabalhadores GR U H V V H M D P S R U H O H D E U D Q J L G R V

cição sindical celebrante da convenção e por escolha desta convenção como aplicável.

4- Caso a proposta a que se refere o número 2 seja aceite por, pelo menos, 75 % dos trabalhadores da equipa ou secção, o empregador pode aplicar o mesmo regime ao conjunto dos trabalhadores dessa estrutura.

5- No conceito de equipa ou secção incluem-se os docentes, por nível de ensino em que leccionam.

Artigo 24.º

Banco de horas

1- O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e cinco semanais, tendo o acréscimo por limite 155 horas por ano.

2- O disposto no número um só é aplicável aos docentes em situação de visita de estudo, actividades artísticas, festas ou culturais e actividades relacionadas com a componente SUIWLF D GRV FXUVRV SUR ç VVLR QD de acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 109/2009, de 16 de Setembro.

3- A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante redução equivalente do tempo de trabalho, pagamento em dinheiro ou aumento do período de férias, nos WHUPRV D GH ç QLU SHOD HQWLG D GH SDWURQDO

4- O empregador, salvo situações imprevistas, deve comunicar ao trabalhador com a antecedência mínima de 10 dias a necessidade de prestação de trabalho.

5- A compensação do trabalho prestado em acréscimo poderá ser gozada, nos períodos de interrupção letiva, em dia(s) ou meios dias, por iniciativa do trabalhador, ou, em qualquer altura do ano escolar, por decisão da entidade patronal, devendo qualquer deles informar o outro da utilização dessa redução com a antecedência mínima de 15 dias.

6- Quando, até 31 de agosto de cada ano, não tiver havido compensação do trabalho prestado em acréscimo a partir de 1 de setembro do ano anterior através de redução equivalente do tempo de trabalho ou do aumento do período de férias, o trabalhador tem direito ao pagamento em dinheiro do trabalho prestado em acréscimo.

Artigo 25.º

Intervalos de descanso

1- Nenhum período de trabalho consecutivo poderá exceder cinco horas de trabalho.

2- Sem prejuízo do intervalo de descanso para o almoço, os intervalos de descanso resultantes da aplicação do número um não poderão ser inferiores a 60 minutos nem superiores a 120 minutos em cada um dos períodos do dia.

3- O previsto nos números anteriores poderá ser alterado mediante acordo expresso do trabalhador.

Artigo 26.º

Trabalho suplementar

1- 6 y HP FDVRV LQWHLUDPHQWH IAS Sts veis se recorrerá ao trabalho suplementar.

2- O trabalhador deve ser dispensado de prestar trabalho suplementar quando, havendo motivos atendíveis, expressamente o solicite.

3- Quando o trabalhador prestar horas suplementares não

poderá entrar ao serviço novamente sem que antes tenham decorrido, pelo menos, onze horas sobre o termo da prestação.

4- \$ HQWLG DGH SDWURQDO ç FD REULJ o transporte sempre que o trabalhador preste trabalho suplementar e desde que não existam transportes coletivos compatíveis com o horário.

5- Sempre que a prestação de trabalho suplementar oblige o trabalhador a tomar qualquer refeição fora da sua residência, a entidade patronal deve assegurar o seu fornecimento ou o respetivo custo.

Artigo 27.º

Trabalho noturno

1- Considera-se trabalho noturno o prestado no período QD de acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 109/2009, de 16 de Setembro.

2- Considera-se também trabalho noturno o prestado depois das sete horas, desde que em prolongamento de um período de trabalho noturno.

Artigo 28.º

Descanso semanal

1- A interrupção do trabalho semanal corresponderá a dois dias, dos quais um será o domingo e o outro, sempre que possível, o sábado.

2- Nos estabelecimentos de ensino com actividades ao sábado e nos que possuam regime de internato ou de semi-internato, os trabalhadores necessários para assegurar o funcionamento dos estabelecimentos no sábado e no domingo terão um destes dias, obrigatoriamente, como de descanso semanal, podendo o dia de descanso complementar a que W r P GLUHLWR VHU ç [DGR GH FRPXP D e a entidade patronal, com a possibilidade de este dia corresponder a dois meios dias diferentes.

3- Para os trabalhadores referidos no número anterior que pertençam ao mesmo setor, os sábados ou domingos como dias de descanso obrigatório deverão, sempre que possível, ser rotativos e estabelecidos através de uma escala de serviços.

Artigo 29.º

Férias - Princípios gerais

1- Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção têm direito a um período de férias retribuídas em cada ano civil, nos termos da lei.

2- O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de janeiro de cada ano civil.

3- O período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis HVFLQG t YHLV H MXVWL ç Fi

4- A duração do período de férias é aumentada em mais dois dias úteis nas seguintes situações:

- 7 UDEDOKDGRUHV FRP ç OKRV SRUW DRV GH JRLWR DQRV GH LGDGH
- Trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade e

DYDOLDomR PtQLPD GH TXDWUR

c) Trabalhadores com menos de cinquenta anos de idade e avaliação de desempenho de cinco.

5- O empregador elabora o mapa de férias, com indicação do início e do termo dos períodos de férias de cada trabalhador. OKDGRU DWp GH DEULO GH F D

6- O período de férias dos trabalhadores deverá ser estabelecido de comum acordo entre o trabalhador e a entidade patronal.

7- Na falta de acordo previsto no número anterior, compete j HQWLGDGH SDWURQDO ¿ [DU DV

Artigo 30.º

Direito a férias dos trabalhadores contratados a termo

1- Os trabalhadores admitidos por contrato a termo cuja duração inicial ou renovada não atinja seis meses têm direito a um período de férias equivalente a dois dias úteis por cada mês completo de duração do contrato, contando-se para este efeito todos os dias, seguidos ou interpolados, em que foi prestado trabalho.

2- Nos contratos cuja duração total não atinja seis meses, o gozo das férias tem lugar no momento imediatamente anterior ao da cessação, salvo acordo das partes.

Artigo 31.º

Impedimentos prolongados

1- Determina a suspensão do contrato de trabalho o impedimento temporário por facto não imputável ao trabalhador que se prolongue por mais de um mês, nomeadamente o serviço militar ou serviço cívico substitutivo, doença ou acidente.

2- O contrato caduca no momento em que se torne certo TXH R LP SHGLPHQWR p GH¿QLWL

3- Quando o trabalhador estiver impedido de comparecer ao trabalho por facto que não lhe seja imputável, nomeadamente doença ou acidente, manterá o direito ao emprego, à categoria, à antiguidade e demais regalias que por esta convenção ou por iniciativa da entidade patronal lhe estavam a ser atribuídas, mas cessam os direitos e deveres das partes na medida em que pressupõem a efetiva prestação de trabalho.

Artigo 32.º

Férias e impedimentos prolongados

1- No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado, respeitante ao trabalhador, se se ve- UL¿FDU D LPSRVVLELOLGDGH WR

2- No ano da cessação do impedimento prolongado, o trabalhador tem direito às férias nos mesmos termos previstos para o ano da admissão.

3- No caso de sobrevir o termo do ano civil antes de decorridos seis meses sobre a cessação do impedimento prolongado ou antes de gozado o direito a férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de abril do ano civil subsequente.

4- Cessando o contrato após impedimento prolongado res- Gdand o trabalhador, QW p m qto D retribuição e Q R V subsídio de férias correspondentes ao tempo de serviço prestado no ano de início da suspensão.

Artigo 33.º

Feriados

Além dos feriados obrigatórios previstos na lei, observa- -se ainda o feriado municipal da localidade em que se situe o estabelecimento.

Artigo 34.º

Licença sem retribuição

1- A entidade patronal pode conceder ao trabalhador, a pedido deste, licença sem retribuição.

2- A licença sem retribuição determina a suspensão do contrato de trabalho.

3- O trabalhador conserva o direito ao lugar, ao qual re- JUHVVD QR ¿QDO GR SHURGR GH OLF

4- Durante o período de licença sem retribuição cessam os direitos, deveres e garantias das partes na medida em que pressupõem a efetiva prestação do trabalho.

5- No caso de o trabalhador pretender e puder manter o seu direito a benefícios relativamente à Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, os respetivos descontos serão, durante a licença, da sua exclusiva responsabilidade.

6- Durante o período de licença sem retribuição os traba- OKDGRUHV ¿JXUDUMR QR TXDGUR GH

7- O trabalhador tem direito a licenças sem retribuição de longa duração para frequência de cursos de formação ministrados sob a responsabilidade de uma instituição de ensino RX GH IRUPDomR SUR¿VVLRQDO RX QF Ft¿FR DSURYDGR SRU DXWRULGDGH F seu controlo pedagógico ou frequência de cursos ministrados em estabelecimentos de ensino.

8- A entidade patronal pode recusar a concessão da licença prevista no número anterior nas seguintes condições:

a) Quando ao trabalhador tenha sido proporcionada forma- o mR SUR¿VVLRQDO DGHTXDGD RX OLF ~OWLPRV PHVHV

b) Quando a antiguidade do trabalhador no estabelecimen- WR GH HQVLQR VHMD LQIHULRU D WU

c) Quando o trabalhador não tenha requerido a licença com uma antecedência mínima de 90 dias em relação à data GR VHX LQtFLR

d) Quando tratando-se de trabalhadores incluídos em ní- YHLV GH TXDOL¿FDomR GH GLUHLW PHQWH TXDOL¿FDGR QmR VHMD- SRVV mos durante o período de licença, sem prejuízo sério para o funcionamento do estabelecimento de ensino.

9- Considera-se de longa duração a licença não inferior a 60 dias.

Artigo 35.º

Faltas - Definição

1- Falta é a ausência do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

2- No caso de ausência durante períodos inferiores a um dia de trabalho, os respetivos tempos serão adicionados contando-se estas ausências como faltas na medida em que se

3- Caso a duração do período normal de trabalho diário não seja uniforme, considera-se a duração média para efeitos do disposto no número anterior.

4- Relativamente aos trabalhadores docentes, com exceção dos educadores de infância e docentes do 1.º ciclo, será tido como um dia de falta a ausência ao serviço por quatro horas letivas seguidas ou interpoladas, salvaguardando o disposto no número 2 do artigo 38.º, caso essas horas letivas não sejam repostas.

5- Para efeitos do disposto no presente artigo, uma hora letiva corresponde a um tempo letivo, exceto no caso de tempos letivos superiores a uma hora, caso em que a falta corresponde a falta a duas horas letivas.

6- Em relação aos trabalhadores docentes são também consideradas faltas as provenientes da recusa de participação, sem fundamento, na frequência de cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem.

7- É considerada falta a um dia de trabalho, a ausência dos docentes a serviço de exames e a reuniões de avaliação de alunos.

8- A ausência a outras reuniões de natureza pedagógica, quando devidamente convocadas, é considerada falta do docente a dois tempos letivos.

9- \$ V IDOWDV SRGHP VHU MXVWL ¿ FDGDV RY LQMXVWL ¿ FDGDV

10- A pedido do trabalhador, a entidade patronal poderá substituir os dias de faltas por férias.

Artigo 36.º

Efeitos das faltas justificadas

1- \$ V IDOWDV MXVWL ¿ FDGDV V m R t a b i l i s a d o y i n d i c a d o e n t e q u e n o p o s t e r i o r a d i a o u

2- \$ V IDOWDV MXVWL ¿ FDGDV Q m R n o c a s o d e d e s c a n s o o u f e r i a d o s i m e d i a t a m e n t e a n t e r i o r e s o u p o s t e r i o r e s a o d i a d e f a l t a .

3- Determinam perda de retribuição as seguintes faltas ainda

a) As dadas por motivo de acidente de trabalho, desde que R WUDEDOKDGRU WHQKD GLUHLWR 4- N o c a s o d e a p r e s e n t a ç ã o d e t r a b a l h a d o r c o m a t r a s o u

b) As dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador esteja abrangido por um regime de Segurança Social que cubra esta eventualidade, independentemente dos seus ter- PRV

c) As faltas para assistência a membro do agregado fami- OLDU

d) \$ V T X H S R U O H L V H M D P F R Q V L G H L D E G A D A M O . M X V W L ¿ F D G D V T X D Q G R

e) As autorizadas ou aprovadas pelo empregador.

4- Durante o período de ausência por doença ou parenta- OLGDGH GR WUDEDOKDGRU ¿ FD D H) Q V O W D G H L S M X V R Q D E D G D V P R I Q M H D G

pagamento do subsídio de férias e de Natal correspondente ao período de ausência, desde que o trabalhador esteja abrangido por um regime de Segurança Social que cubra esta eventualidade, independentemente dos seus termos.

5- Os pedidos de dispensa ou as comunicações de ausência devem ser feitos por escrito em documento próprio e em duplicado, devendo um dos exemplares, depois de visado, ser entregue ao trabalhador ou por via informática caso esse

6- Os documentos a que se refere o número anterior serão obrigatoriamente fornecidos pela entidade patronal a pedido do trabalhador.

7- \$ V IDOWDV MXVWL ¿ F i Y H L V T X D Q G R toriamente comunicadas à entidade patronal, com a antecedência mínima de cinco dias.

8- 4 X D Q G R L P S U H Y L V W D V D V IDOWDV toriamente comunicadas à entidade patronal, logo que possível.

9- O não cumprimento no disposto nos números 7 e 8 deste DUWLJR WRUQD DV IDOWDV LQMXVWL

10- A entidade patronal pode, em qualquer caso de falta MXVWL ¿ FDGD H [L J L U D R W U E D O K D G G R V S D U D D M X V W L ¿ F D o m R

11- As faltas a serviço de exames e a reuniões de avaliação m R G H D O X Q R V D S H Q D V S R G H P V H U do docente, por maternidade ou paternidade do docente, por falecimento de familiar direto do docente, por doença do docente, por acidente em serviço do docente, por isolamento SUR ¿ O i W L F R G R G R F H Q W H H S D U D F X gais pelo docente.

Artigo 37.º

Efeitos das faltas injustificadas

1- \$ IDOWD LQMXVWL ¿ FDGD FRQVWLW sidade e determina perda da retribuição correspondente ao período de ausência, que não é contado na antiguidade do trabalhador.

2- \$ IDOWD LQMXVWL ¿ FDGD D X P R X t a b i l i s a d o y i n d i c a d o e n t e q u e n o p o s t e r i o r a d i a o u

3- Na situação referida no número anterior, o período de ausência a considerar para efeitos da perda de retribuição prevista no número 1 abrange os dias ou meios-dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores ao dia de falta.

4- N o c a s o d e a p r e s e n t a ç ã o d e t r a b a l h a d o r c o m a t r a s o u M X V W L ¿ F D G R

a) Sendo superior a sessenta minutos e para início do trabalho diário, o empregador pode não aceitar a prestação de WUDEDOKR GXUDQWH WRGR R SHU t R G

b) Sendo superior a trinta minutos, o empregador pode não aceitar a prestação de trabalho durante essa parte do período G H L D E G A D A M O . M X V W L ¿ F D G D V T X D Q G R

5- Incorre em infração disciplinar grave o trabalhador que:

a)) DOWDU LQMXVWL ¿ FDGD PHQWH FRI M X V W L ¿ F D o m R F R P S U R Y D G D P H Q W H I D H) Q V O W D G H L S M X V R Q D E D G D V P R I Q M H D G

vos ou dez interpolados no período de um ano.

6- Excetuam-se do disposto no número quatro os docentes do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e os de cursos extracurriculares que no caso de faltarem injustamente, em dinheiro ou em espécie.

Artigo 38.º

Retribuição

1- Considera-se retribuição, a remuneração base e todas as prestações regulares e periódicas feitas, direta ou indiretamente, em dinheiro ou em espécie.

2- A retribuição deverá ser paga no último dia útil do mês a que respeite e ser de valor não inferior à remuneração mínima estabelecida nas tabelas remuneratórias e cláusulas constantes do presente contrato.

3- A retribuição mensal dos trabalhadores com funções docentes é o que consta das respetivas tabelas e corresponde à remuneração do seu período normal de trabalho semanal.

4- Quando a componente letiva for superior a 22 horas, à retribuição mensal acresce o seguinte valor:

$$(Rm/22) * n$$

em que:

Rm = retribuição mensal

n = número de horas superiores a 22

5- Quando a componente letiva for inferior a 22 horas, à retribuição mensal diminui-se o seguinte valor:

$$(Rm/22) * n$$

em que:

Rm = retribuição mensal

n = número de horas inferiores a 22

Artigo 39.º

Retribuição em situações excecionais

1- Os valores constantes das tabelas salariais do anexo III podem ser reduzidos até 15 %, com carácter excecional e temporário.

2- O estabelecimento de ensino que evoque a situação prevista no número anterior apenas o poderá fazer desde que se justifique.

a) Tenham uma frequência inferior a 75 alunos, no caso de estabelecimentos de ensino com um ou dois níveis de ensino ou 150 alunos no caso de estabelecimentos de ensino com mais de dois níveis de ensino.

b) O número de alunos médio por turma seja inferior a 15 alunos.

c) Quando as receitas do estabelecimento de ensino impliquem um valor de receita inferior ao valor estabelecido para o estabelecimento de ensino em causa.

3- Quando as receitas do estabelecimento de ensino impliquem um valor médio por turma inferior a 65 % do valor do estabelecimento de ensino em causa.

to de associação, o estabelecimento poderá aplicar a tabela IV, enquanto se mantiver essa situação.

4- O disposto no número anterior não implica a diminuição da remuneração dos docentes que se encontrem em nível de ensino superior.

5- Finda a situação que deu origem à aplicação do número anterior, o docente deverá ser retribuído pelo tempo de serviço decorrido.

6- O disposto no número três não é aplicável aos docentes das categorias K e P, nem aos docentes que virem o seu horário de trabalho diminuído de acordo com o previsto no número 5 do artigo 17.º e cuja remuneração tenha sofrido uma diminuição igual ou superior a 15 %.

Artigo 40.º

Cálculo da retribuição horária e diária

1- Para o cálculo da retribuição horária utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{Retribuição horária} = (12 \times \text{retribuição mensal}) / (52 \times \text{período normal de trabalho semanal})$$

2- Para o cálculo da retribuição diária utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{Retribuição diária} = \text{retribuição mensal} / 30$$

3- Para cálculo da retribuição do dia útil, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{Retribuição diária útil} = R_h \times (\text{período normal de trabalho semanal} / 5)$$

Artigo 41.º

Remunerações do trabalho suplementar e descanso compensatório

O trabalho suplementar rege-se pelo disposto no código do trabalho.

Artigo 42.º

Retribuição do trabalho noturno

1- As horas de trabalho prestado em regime de trabalho noturno serão pagas com um acréscimo de 25 % relativamente à retribuição do trabalho equivalente prestado durante o dia.

2- O acréscimo previsto no número anterior pode, com o acordo do trabalhador, ser substituído por redução equivalente do período normal de trabalho.

3- No caso da lecionação em cursos de horário nocturno, pode a entidade empregadora optar, em vez de pagar o acréscimo previsto no número 1, efectuar uma redução de atribuição de horas letivas não inferior a 25 %.

Artigo 43.º

Deslocações entre pólos

1- Salvo acordo em contrário, quando o trabalho for prestado em diversos pólos ou estabelecimentos de ensino, a propriedade da entidade empregadora, o transporte entre pólos ou estabelecimentos, quando superior a 12 quilómetros, será pago pelo excesso a partir do 8.º quilómetro.

2- Salvo acordo em contrário, as deslocações de casa para o trabalho não são consideradas como deslocações entre pólos.

pólo ou estabelecimento que não aquele onde o trabalhador exerce a sua actividade habitual, o aumento de distância percorrida será pago.

3- O pagamento das deslocações previstas nos números anteriores, quando efectuadas em veículo próprio do trabalhador, será efectuado ao valor de 0,26 € por quilómetro.

Artigo 44.º

Subsídios - Generalidades

Os valores atribuídos a título de qualquer dos subsídios previstos pela presente convenção não serão acumuláveis com valores de igual ou idêntica natureza já concedidos pelos estabelecimentos de ensino.

Artigo 45.º

Subsídios de refeição

1- É atribuído a todos os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato por cada dia de trabalho um subsídio de refeição no valor de 4,77 €, quando pela entidade patronal não lhes seja fornecida refeição.

2- Aos trabalhadores com horário incompleto será devida a refeição ou subsídio quando o horário se distribuir por dois períodos diários ou quando tiverem quatro horas de trabalho no mesmo período do dia.

Artigo 46.º

Retribuição das férias

1- A retribuição correspondente ao período de férias não pode ser inferior à que os trabalhadores receberiam se estivessem ao serviço efetivo e deve ser paga antes do início daquele período.

2- Aos trabalhadores abrangidos pela presente convenção é devido um subsídio de férias de montante igual ao que receberia se estivesse em serviço efetivo.

3- O referido subsídio deve ser pago até 15 dias antes do início das férias.

4- O aumento da duração do período de férias não tem consequências no montante do subsídio de férias.

5- Qualquer dispensa da prestação de trabalho ou aumento da duração do período de férias não tem consequências no montante do subsídio de férias.

Artigo 47.º

Subsídio de Natal

1- Aos trabalhadores abrangidos pelo presente contrato será devido subsídio de Natal a pagar até 15 de dezembro de cada ano, equivalente à retribuição a que tiverem direito nesse mês.

2- No ano de admissão, no ano de cessação e em caso de suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao trabalhador, o valor do subsídio é proporcional ao tempo de serviço prestado nesse ano civil.

Artigo 48.º

Exercício de funções inerentes a diversas categorias

1- Quando, na pendência do contrato de trabalho, o trabalhador vier a exercer habitualmente funções inerentes a diversas categorias, para as quais não foi contratado, receberá retribuição correspondente à mais elevada, enquanto tal exercício se mantiver.

2- O trabalhador pode ser contratado para exercer funções inerentes a diversas categorias, sendo a retribuição correspondente a cada uma, na respetiva proporção.

Artigo 49.º

Trabalhadores-estudantes

O regime do trabalhador-estudante é o previsto na lei geral.

Artigo 50.º

Modalidades de cessação do contrato de trabalho

O contrato de trabalho pode cessar, nos termos da lei, por:

a) & D G X F L G D G H

b) 5 H Y R J D o m R

c) ' H V S H G L P H Q W R S R U I D F W R L P S X W i

d) ' H V S H G L P H Q W R F R O H W L Y R

e) ' H V S H G L P H Q W R S R U H [W L Q o m R G H

f) ' H V S H G L P H Q W R S R U L Q D G D S W D o m R

g) 5 H V R O X o m R S H O R W U D E D O K D G R U

h) Denúncia pelo trabalhador.

Artigo 51.º

Casos especiais de caducidade

1- O contrato caduca no termo da Autorização Provisória de Lecionação ou similar concedida pelo Ministério da Educação para o respetivo ano letivo.

2- No termo do ano escolar para que foi concedida a autorização de acumulação de funções docentes públicas com funções privadas, cessa igualmente por caducidade o contrato de trabalho celebrado.

3- A caducidade prevista no número anterior não determina o direito a qualquer compensação ou indemnização.

4- À contratação de trabalhadores reformados ou aposentados aplica-se o regime legal de conversão em contrato a termo após reforma por velhice ou idade de 70 anos.

Artigo 52.º

Processos disciplinares

2 S U R F H V V R G L V F L S O L Q D U ¿ F D V X M
cável.

Artigo 53.º

Previdência - Princípios gerais

As entidades patronais e os trabalhadores ao seu serviço

contribuirão para as instituições de previdência que os abranjam nos termos dos respetivos estatutos e demais legislação aplicável.

Artigo 54.º

Subsídio de doença

Os trabalhadores que não tenham direito a subsídio de doença por a entidade patronal respetiva não praticar os descontos legais têm direito à retribuição completa correspondente aos períodos de ausência motivados por doença ou acidente de trabalho.

Artigo 55.º

Invalidez

No caso de incapacidade parcial para o trabalho habitual ao serviço da entidade patronal, esta diligenciará conseguir a reconversão do trabalhador diminuído para funções compatíveis com a sua capacidade residual.

Artigo 56.º

Seguros

1- O empregador é obrigado a transferir a responsabilidade por indemnização resultante de acidente de trabalho para entidades legalmente autorizadas a realizar este seguro.

2- Para além da normal cobertura feita pelo seguro obrigatório de acidentes, deverão os trabalhadores, quando em serviço, estar cobertos por seguro de vida e de invalidez.

Artigo 57.º

Direito à atividade sindical no estabelecimento

1- Os trabalhadores e os sindicatos têm direito a desenvolver atividade sindical no estabelecimento, nomeadamente através de delegados sindicais, comissões sindicais, comissões intersindicais do estabelecimento e membros da direção sindical.

2- À entidade patronal é vedada qualquer interferência na atividade sindical dos trabalhadores ao seu serviço, desde que esta se desenvolva nos termos da lei.

3- Entende-se por comissão sindical de estabelecimento a organização dos delegados sindicais desse estabelecimento.

4- Entende-se por comissão intersindical de estabelecimento a organização dos delegados sindicais de diversos sindicatos no estabelecimento.

5- Os delegados sindicais de estabelecimento devem ser eleitos em assembleia geral dos trabalhadores do estabelecimento e em local apropriado, para o efeito reservado pela entidade patronal, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativas à vida sindical e aos interesses dos trabalhadores, para a sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do estabelecimento.

6- Os dirigentes sindicais ou seus representantes, devidamente credenciados, podem ter acesso às instalações do estabelecimento, desde que seja dado conhecimento prévio à

entidade patronal ou seu representante do dia, hora e assunto a tratar.

Artigo 58.º

Número de delegados sindicais

1- O número máximo de delegados sindicais a quem são atribuídos os direitos referidos no artigo 59.º é o seguinte:

- Estabelecimentos com menos de 50 trabalhadores sindicalizados - 1
- Estabelecimentos com 50 a 99 trabalhadores sindicalizados - 2
- Estabelecimentos com 100 a 199 trabalhadores sindicalizados - 3
- Estabelecimentos com 200 a 499 trabalhadores sindicalizados - 6.

2- Nos estabelecimentos a que se refere a alínea a) do número anterior, seja qual for o número de trabalhadores sindicalizados ao serviço, haverá sempre um delegado sindical com direito ao crédito e horas previsto no artigo 64.º

Artigo 59.º

Tempo para o exercício das funções sindicais

1- Cada delegado sindical dispõe, para o exercício das suas funções, de um crédito de horas não inferior a oito ou cinco mensais conforme se trate ou não de delegado que faça parte da comissão intersindical, respetivamente.

2- O crédito de horas estabelecido no número anterior respeita ao período normal de trabalho e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo.

3- Os delegados sempre que pretendam exercer o direito previsto neste artigo deverão comunicá-lo à entidade patronal ou aos seus representantes, com antecedência de vinte e quatro horas, exceto em situações imprevistas.

4- O dirigente sindical dispõe, para o exercício das suas funções, de um crédito não inferior a quatro dias por mês, ou de quarenta e oito dias acumulados por ano que contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo.

5- Os trabalhadores com funções sindicais dispõem de um crédito anual de seis dias úteis, que contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo, para frequentarem cursos ou assistirem a reuniões, colóquios, conferências e congressos convocados pelas associações sindicais que os representam, com respeito pelo regular funcionamento do estabelecimento de ensino.

6- Quando pretendam exercer o direito previsto no número 5, os trabalhadores deverão comunicá-lo à entidade patronal ou aos seus representantes, com a antecedência mínima de um dia.

Artigo 60.º

Direito de reunião nas instalações do estabelecimento

1- Os trabalhadores podem reunir-se nos respetivos locais de trabalho, fora do horário normal, mediante convocação de um terço ou de 50 trabalhadores do respetivo estabelecimento, do delegado da comissão sindical ou intersindical ou da direção sindical.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, os trabalhadores têm direito a reunir-se durante o horário normal de trabalho até ao limite de quinze horas em cada ano, desde que assegurem serviços de natureza urgente.

3- Os promotores das reuniões referidas nos pontos anteriores são obrigados a comunicar à entidade patronal respectiva ou a quem a represente, com a antecedência mínima de um dia, a data e hora em que pretendem que aquelas se efectuem.

4- Os dirigentes das organizações sindicais representativas dos trabalhadores do estabelecimento podem participar nas reuniões, mediante comunicação dirigida à entidade patronal ou seu representante, com a antecedência mínima de seis horas.

5- As entidades patronais cederão as instalações convenientes para as reuniões previstas neste artigo.

Artigo 61.º

Cedência de instalações

1- Nos estabelecimentos com cem ou mais trabalhadores, a entidade patronal colocará à disposição dos delegados sindicais, quando estes o requeiram, de forma permanente, um local situado no interior do estabelecimento ou na sua proximidade para o exercício das suas funções.

2- Nos estabelecimentos com menos de cem trabalhadores, a entidade patronal colocará à disposição dos delegados sindicais, sempre que estes o requeiram, um local para o exercício das suas funções.

Artigo 62.º

Atribuição de horário a dirigentes e a delegados sindicais

1- Os membros dos corpos gerentes das associações sindicais poderão solicitar à direção do estabelecimento de ensino a sua dispensa total ou parcial de serviço enquanto membros daqueles corpos gerentes.

2- Para os membros das direções sindicais de professores serão organizados horários nominais de acordo com as sugestões apresentadas pelos respectivos sindicatos.

3- Na elaboração dos horários a atribuir aos restantes membros dos corpos gerentes das associações sindicais de professores e aos seus delegados sindicais ter-se-ão em conta as tarefas por eles desempenhadas no exercício das respectivas atividades sindicais.

Artigo 63.º

Quotização sindical

1- Mediante declaração escrita do interessado, as entidades empregadoras efectuarão o desconto mensal das quotizações sindicais nos salários dos trabalhadores e remetê-las-ão às associações sindicais respectivas até ao dia 10 de cada mês.

2- Da declaração a que se refere o número anterior constará o valor das quotas e o sindicato em que o trabalhador se encontra inscrito.

3- A declaração referida no número 2 deverá ser enviada ao sindicato e ao estabelecimento de ensino respetivo, podendo a sua remessa ao estabelecimento de ensino ser feita por intermédio do sindicato.

4- O montante das quotizações será acompanhado dos mapas sindicais utilizados para este efeito, devidamente preenchidos, donde consta nome do estabelecimento de ensino, mês e ano a que se referem as quotas, nome dos trabalhadores, o valor mensal da contribuição sindical, o valor do pagamento mensal e respetiva quota, bem como a sua situação de baixa ou cessação do contrato, se for caso disso.

Artigo 64.º

Greve

Os direitos e obrigações respeitantes à greve serão aqueles que, em cada momento, se encontrem consignados na lei.

Artigo 65.º

Constituição da comissão paritária

1- Dentro dos 30 dias seguintes à entrada em vigor deste contrato, será criada, mediante a comunicação de uma à outra parte e conhecimento ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, uma comissão paritária constituída por seis vogais, três em representação da associação patronal e três em representação das associações sindicais outorgantes.

2- Por cada vogal efetivo será sempre designado um substituto.

3- Os representantes das associações patronais e sindicais junto da comissão paritária poderão fazer-se acompanhar dos assessores que julguem necessário, os quais não terão direito a voto.

4- A comissão paritária funcionará enquanto estiver em vigor o presente contrato, podendo os seus membros ser substituídos pela parte que os nomear em qualquer altura, mediante prévia comunicação à outra parte.

Artigo 66.º

Competência da comissão paritária

1- Compete à comissão paritária:

a) , QWHUSUHWDU DV GLVSRVLQ}HV GD

b) , QWHJUDU RV FDVRV RPLVVRV

c) 3URFHGHU j GHQLomR H DR HQTXD
QLV}HV

d) Deliberar sobre as dúvidas emergentes da aplicação desta convenção, nomeadamente quanto à aplicação do art.º 39.º

e) Deliberar sobre o local, calendário e convocação das reuniões

f) Deliberar sobre a alteração da sua composição sempre com respeito pelo princípio da paridade.

2- As decisões da comissão paritária referentes à aplicação do artigo 39.º-A serão tomadas no prazo máximo de 15 dias úteis, tendo as partes de fornecer à comissão os elementos que forem necessários para a análise da situação.

Artigo 67.º

Funcionamento da comissão paritária

1- A comissão paritária funcionará, a pedido de qualquer das partes, mediante convocatória enviada à outra parte com a antecedência mínima de oito dias, salvo casos de emergência, em que a antecedência mínima será de três dias e só poderá deliberar desde que esteja presente a maioria dos membros efetivos representantes de cada parte e só em questões constantes da agenda.

2- Qualquer dos elementos componentes da comissão paritária poderá fazer-se representar nas reuniões da mesma mediante procuração bastante.

3- As deliberações da comissão paritária serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes, salvo se a comissão paritária não tiver mais de três membros, em que a maioria será de dois membros. A comissão paritária poderá nomear um árbitro escolhido de comum acordo.

4- As despesas com a nomeação do árbitro são da responsabilidade de ambas as partes.

5- As deliberações da comissão paritária passarão a fazer parte integrante da presente convenção logo que publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

6- A presidência da comissão será rotativa por períodos de seis meses, cabendo, portanto, alternadamente a uma e a outra das duas partes outorgantes.

Artigo 68.º

Transmissão e extinção do estabelecimento

1- O transmitente e o adquirente devem informar os trabalhadores, por escrito e em tempo útil antes da transmissão, da data e motivo da transmissão, das suas consequências jurídicas, económicas e sociais para os trabalhadores e das medidas projetadas em relação a estes.

2- Em caso de transmissão de exploração a posição jurídica de empregador nos contratos de trabalho transmite-se para o adquirente.

3- Se, porém, os trabalhadores não preferirem que os seus contratos continuem com a entidade patronal adquirente, poderão os mesmos manter-se com a entidade transmitente se esta continuar a exercer a sua atividade noutra exploração ou estabelecimento, desde que haja vagas.

4- A entidade adquirente será solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações vencidas emergentes dos contratos de trabalho, ainda que se trate de trabalhadores cujos contratos hajam cessado, desde que os respetivos direitos sejam reclamados pelos interessados até ao momento da transmissão.

5- Para os efeitos do disposto no número anterior, deverá o adquirente, durante os 30 dias anteriores à transmissão, informar os trabalhadores, por meio de carta registada com aviso de receção, a endereçar para os domicílios conhecidos no estabelecimento, que devem reclamar os seus créditos, sob pena de não se lhe transmitirem.

6- No caso de o estabelecimento cessar a sua atividade, a entidade patronal pagará aos trabalhadores as indemnizações previstas na lei, salvo em relação àquelas que, com o

estabelecimento, aos quais deverão ser garantidas, por escrito, pela empresa cessante e pela nova, todos os direitos decorrentes da sua antiguidade naquela cuja atividade haja cessado.

7- Quando se pretenda que os trabalhadores docentes sejam transferidos para outra secção na qual o serviço docente tenha de ser prestado em condições substancialmente diversas, nomeadamente no que respeita a estatuto jurídico ou pedagógico, terão os trabalhadores docentes direito a rescindir os respetivos contratos de trabalho, com direito às indemnizações referidas no número anterior.

Artigo 69.º

Desburocratização, simplificação e protecção de dados pessoais

1- Na organização do trabalho, a entidade empregadora deverá aplicar os princípios da desburocratização e simplificação.

2- Em cumprimento do disposto no número anterior, deverá ser privilegiada a utilização de meios telemáticos para a realização de reuniões em comunicação síncrona ou assíncrona, nomeadamente e entre outros, conselhos de turma, reuniões de avaliação, reuniões de grupo ou departamento.

3- As atas e deliberações tomadas deverão ser reduzidas a escrito, aprovadas por meio electrónico, assinadas pelo co-ordenador da reunião e distribuídas, electronicamente, por todos os participantes.

4- Deverá também ser privilegiada a comunicação por meios digitais e a adoção de metodologias de trabalho *paperless*.

5- A entidade empregadora dará cumprimento integral ao Regulamento Geral de Protecção de Dados.

Artigo 70.º

Disposições transitórias

1- Com a entrada em vigor da presente convenção, os dados no início do 1.º nível da tabela respetiva com as seguintes adaptações:

a) As remunerações superiores ao valor máximo da tabela de 1.º nível da tabela II ou III, respetivamente.

b) Os docentes cuja remuneração atual seja superior à remuneração de início de carreira da respetiva tabela mantêm a remuneração atual até que, por força da sua progressão, a remuneração de tabela seja superior.

2- Quando se pretenda que os trabalhadores docentes sejam transferidos para outra secção na qual o serviço docente tenha de ser prestado em condições substancialmente diversas, nomeadamente no que respeita a estatuto jurídico ou pedagógico, terão os trabalhadores docentes direito a rescindir os respetivos contratos de trabalho, com direito às indemnizações referidas no número anterior.

3- Os docentes que leccionam em estabelecimento de ensino particular e cooperativo e cujas relações laborais são regidas pelo contrato colectivo celebrado entre a AEEP e a FNE e outros publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2015, ou pelo contrato colectivo celebrado entre a AEEP e o SPLIU publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 15 de agosto de 2015, e que

nível correspondente à tabela e nível em que estavam classi-

4- O disposto no artigo 43.º só se aplica aos contratos de trabalho celebrados após a entrada em vigor do presente CCT, mantendo-se para os restantes as condições em vigor nesta data.

5- Os aumentos remuneratórios não se aplicam em casos de processo de extinção de posto de trabalho ou de despedimento colectivo iniciados até 1 de outubro de 2018.

Artigo 71.º

Disposições especiais

O disposto no número 5 do artigo 7.º não é aplicável aos GRFHQWHV TXH OHFFLRQHP HP Fcimentos de ensino particular e cooperativo que perderam o contrato de associação e cuja receita se enquadra no previsto no número 3 do artigo 39.º, podendo ser-lhes aplicável o disposto nos números 1 e 2 do artigo 70.º e o número 4 do artigo

ANEXO I

Regulamento de Avaliação de Desempenho

Artigo 1.º

Âmbito

1- O presente Regulamento de Avaliação de Desempenho aplica-se a todos os docentes que se encontrem integrados na carreira.

2- A avaliação de desempenho resultante do presente regulamento releva para efeitos de progressão na carreira no âmbito do presente contrato coletivo de trabalho.

3- Na falta de avaliação de desempenho por motivos não imputáveis ao docente, considera-se como bom o serviço prestado por qualquer docente no cumprimento dos seus de-

4- O presente Regulamento de Avaliação de Desempenho não é aplicável ao exercício da função de direção pedagógica, considerando-se que o serviço é bom enquanto durar o exercício de tais funções.

5- Quando o estabelecimento de ensino desenvolver um modelo de avaliação do desempenho próprio, aprovado pelo conselho pedagógico ou órgão equivalente, ouvidos os docentes, esse modelo poderá substituir o constante do presente regulamento após comunicação do mesmo às partes contratantes do presente instrumento de regulamentação colectiva do trabalho.

Artigo 2.º

Princípios

1- O presente regulamento de avaliação de desempenho desenvolve-se de acordo com os princípios constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo, das Bases do Ensino Particular e Cooperativo e do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

2- A avaliação de desempenho tem como referência o processo educativo do respectivo estabelecimento de ensino.

Artigo 3.º

Âmbito temporal

A avaliação do desempenho dos docentes realiza-se, FRQVRDQWH VHMD GH¿QLGR SHOD G EHOHFLPHQWR GH HQVLQR DQXDOPH salarial, e reporta-se ao tempo de serviço nele prestado que releve para efeitos de progressão na carreira.

Artigo 4.º

Objeto

do docente: (i) competências para lecionar, (ii) competências para relacionar-se com os alunos, (iii) competências para trabalhar em equipe e (iv) competências para trabalhar com a comunidade.

2- No caso de docentes com funções de coordenação ou
cias de gestão.

3- Cada domínio compreende diversas ordens de competências, conforme anexo B, sendo cada uma destas avaliada PHGLDQWH D YHULçFDomR GRV LQGL

lhas de avaliação de desempenho anexas ao presente regulamento, que poderão ser adaptados em cada estabelecimento de ensino, pelos respectivos órgãos de gestão pedagógica, tendo por referência o seu projeto educativo, desde que previamente conhecidos pelos docentes.

Artigo 5.º

Resultado da avaliação

1- O nível de desempenho atingido pelo docente é determinado da seguinte forma:

- D FDGD RUGHP GH FRPSHWrQFLDV
FDomR QXPD HVFDOD GH D
– p FDOFXODGD D PpGLD GDV FODVV
MXQWR GDV RUGHQV GH FRPSHWrQFL
– R YDORU GD PpGLD p DUUHGRQGDG
– ao valor obtido é atribuído um nível de desempenho nos
termos da seguinte escala: 1 e 2 = nível de desempenho in-
VXçFLHQWH QtYHO GH GHVHPHQ
de desempenho bom.

Artigo 6.º

Sujeitos

1- A avaliação de desempenho docente é da responsabilidade da direção pedagógica do respectivo estabelecimento de ensino.

2-O desenvolvimento do processo de avaliação e a classificação FDo m R ç QDO Vm R GD UH VSRQVDE avaliação constituída por três elementos.

3- Integram a comissão de avaliação o diretor pedagógico e dois docentes com funções de coordenação no estabelecimento de ensino, podendo também integrara comissão personalidade de reconhecido mérito indicada pela direcção pedagógica.

4- Os elementos que integram a comissão de avaliação são avaliados pelo diretor pedagógico.

5- e GD FRPSHW r QFLD GD HQWL G S H Q K V L W X M O D U Y D Q U D W L R F Q D R M R Q G P R F

Artigo 7.º

Procedimentos de avaliação

1- Nos primeiros trinta dias do 3.º período letivo do ano em avaliação ou do ano em que o docente completa o tempo de permanência no escalão de vencimento em que se encontra, consoante o âmbito temporal adoptado nos termos do artigo 3.º, deve entregar à direção pedagógica do estabelecimento a sua autoavaliação, realizada nos termos do presente regulamento.

2- \$ Q m R H Q W U H J D L Q M X V W L ç F D G d o S i n t e D i s t r i c t o R e s p e c t i v o F u n d a m e n t o

3- No desenvolvimento do processo de avaliação do desempenho, a comissão de avaliação tem em conta a autoavaliação de desempenho feita pelo docente, bem como dados resultantes de outros procedimentos de avaliação ou do SHUF XUVR SUR ç VVLR QDO GR GRF H Q W R \$ M B J R R Q V L G C I U H V S H W H L L V Q B Q Y W H D

a) 3 O D Q L ç F D o } H V O H W L Y D V

b) Aulas ou outras atividades letivas orientadas pelo do FHQWH TXH WHQKDP VLGR DVVLV W e s d i a s

c) (Q W U H Y L V W D V G H U H A H [m R V F E L D H V R Q W H V Q R S B Q K R S W R I J V U L L R H Q R W

d) 3 D U H F H U G R V U H V S R Q V i Y H L V S i n c e d i a s p e r i o d o

e)) R U P D o m R U H D O L J D G D

f) Assiduidade e pontualidade.

4- Até ao dia 30 de junho subsequente à data referida no número 1, a comissão de avaliação apresenta à entidade titular um relatório de avaliação, que deverá conter uma descrição m R G R V H O H P H Q W R V W L G R V H P ç ã o a t r i b u í d a e r e s p e t i v a f u n d a m e n t a ç ã o .

5- A entidade titular do estabelecimento deve, no prazo de 15 dias úteis contados a partir da data referida no número D Q W H U L R U U D W L ç F D U D D Y D O L D o m R

6- Os esclarecimentos devem ser prestados no prazo de 10 dias úteis, após o que a entidade titular do estabelecimento U D W L ç F D D D Y D O L D o m R

7- 2 U H O D W y U L R G H D Y D O L D o m R F R P R U H V X O W D G R ç Q D O G R S U R

8- 6 H P S U H T X H R U H V X O W D G R G D D Y D O L D o m R e n v o l t i d o

Artigo 8.º

Efeitos da avaliação

1- O período em avaliação que tenha sido avaliado como Bom releva para progressão na carreira.

2- No escalão de ingresso na carreira, dado que o docente

V H H Q F R Q W U D Q D I D V H L Q L F L D O G D para progressão na carreira o tempo de serviço cujo desem-

S H Q K V L W X M O D U Y D Q U D W L R F Q D R M R Q G P R F

Artigo 9.º

Recursos

1- 6 H P S U H T X H R G R F H Q W H R E W H Q K D rior a Bom na avaliação de desempenho, poderá recorrer da decisão nos termos do disposto nos números seguintes.

2- O procedimento de recurso inicia-se mediante notificação F D o m R G R G R F H Q W H j H Q W L G D G H S arbitragem, indicando desde logo o seu árbitro e respetivos contactos e juntando as suas alegações de recurso.

3- As alegações deverão conter a indicação expressa dos S D U K P H W U R V G R U H O D W y U L R G H D Y D D i s t r i c t o R e s p e c t i v o F u n d a m e n t o

4- \$ Q R W L ç F D o m R U H I H U L G D Q R Q ~ P H Q R S U D J R G H G L D V ~ W H L V D S y V D Q F O D V V L ç F D o m R G R D Q R G H V H U Y L o R I

5- A entidade titular dispõe do prazo de 15 dias úteis para Q R P H D U R V H X i U E L W U R H F R Q W U D D O R i U E L W U R Q R P H D G R S H O R P H V P R G D do seu árbitro e das suas contra-alegações.

6- O árbitro, no prazo de 15 dias úteis, deverá emitir a sua decisão. H Q W R \$ M B J R R Q V L G C I U H V S H W H L L V Q B Q Y W H D número anterior, os dois árbitros reúnem-se para escolher um terceiro árbitro.

7- Os árbitros desenvolvem as diligências que entenderem W e s d i a s para preparar a decisão, sem formalidades específicas. F E L D H V R Q W H V Q R S B Q K R S W R I J V U L L R H Q R W dias úteis, salvo motivo relevante que os árbitros deverão H G d i a s p e r i o d o

8- Qualquer das partes poderá recorrer da decisão da arbitragem para os tribunais nos termos gerais de direito.

9- Cada parte suportará os custos com o seu árbitro, sendo os custos com o terceiro árbitro suportados em partes iguais por ambas as partes. F R Q W D Q D D Y D O L D o m R D F O D V V L ç F D

Artigo 10.º

Questões finais e transitórias

1- O recurso à arbitragem referida no artigo 9.º é condição obrigatória para o recurso judicial. D o m R R X S H G L U H V F O D U H F L P H Q W R V

2- Cada uma das partes nomeia o seu árbitro, podendo recorrer a lista elaborada pela AEEP e pelos sindicatos outorgantes do CCT. F R P R U H V X O W D G R ç Q D O G R S U R

A - Escala

1- Inadequado

Os aspetos fundamentais da competência não são demonstrados. D Y D O L D o m R e n v o l t i d o U D V L J Q L ç F D W L Y D -

Para atingir o nível adequado necessita, em elevado grau, de formação em aspetos básicos, treino prático e acompanhamento.

2- Pouco adequado

Alguns aspetos fundamentais da competência não são demonstrados de modo consistente.

Para atingir o nível adequado necessita de formação es-

SHFt¿FD WUHLQR SUIWLF R H DFRHSAQKSDRHSQWR

- 3- Adequado
Desenvolvido.
Corresponde, em termos globais, às exigências da competência.
Genericamente, os indicadores da competência são demonstrados, com algumas exceções, nalguns aspetos secundários.
Necessita de treino prático e acompanhamento complementares.
- 4- Muito adequado
Muito desenvolvido.
Corresponde aos indicadores da competência, com raríssimas exceções, nalguns aspetos secundários.
- 5- Excelente
Plenamente desenvolvido.
Corresponde, sem exceção, às exigências da competência, ocasionalmente ultrapassa-as.

B - Domínios e ordens de competências

- Domínio - Competências para lecionar
Ordens de competências:
- 1- & RQKHFLPHQWRV FLHQWt¿FRV H 5Gt¿GM LFRV
- 2- Promoção da aprendizagem pela motivação e responsa-

- 3- Plasticidade (Flexibilidade e capacidade de adaptação).
4- ,GHQWL¿FDomR H YLYrQFLD GR SUP
- 5- Comunicação.
6- Planeamento.
7- Procura de informação e atualização de conhecimentos.
8- Avaliação.
- 'R PtQLR FRPSHWrQFLDV SUR¿VVLRL
- Ordens de competências:
- 1- Trabalho de equipa e cooperação inter-áreas.
- Domínio - Competências sociais e de relacionamento
Ordens de competências:
- 1- Relação com os alunos e encarregados de educação.
2- Envolvimento com a comunidade educativa.
- Domínio - Competências de gestão
Ordens de competências:
- 1- Liderança.
2- Motivação.
3- Delegação.
4- Planeamento e controlo.
5- Estruturação
6- Gestão da inovação.

Grelhas de avaliação de desempenho		
Domínio	Ordens de competências	Indicadores
Competências para lecionar	1. Conhecimentos científicos e didáticos	1. Evidencia o conhecimento das matérias 2. Explica com clareza as áreas do seu domínio científico 3. Apresenta informação (científica) precisa e atualizada 4. Procura abordagens para ajudar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno 5. Procura conhecimentos sobre o pensamento, tendências e práticas inovadoras na educação
	2. Promoção da aprendizagem pela motivação e responsabilização dos alunos	1. Apoia os alunos na aquisição de novas competências 2. Motiva os alunos para a melhoria 3. Utiliza práticas que promovem o desenvolvimento e aprofundamento de competências 4. Sistematiza procedimentos e tarefas de rotina para comprometer os alunos em várias experiências de aprendizagem 5. Promove a autoestima do aluno, com reforço positivo 6. Apoia os alunos no desenvolvimento e utilização de formas de avaliar criticamente a informação
	3. Plasticidade (flexibilidade e capacidade de adaptação)	1. Usa várias estratégias para fazer face a diferentes modos de aprendizagem dos alunos 2. Quando seleciona os recursos, considera as necessidades individuais de cada aluno, o ambiente de aprendizagem e as competências a desenvolver 3. Conhece os processos relacionados com a educação especial e providencia as experiências adequadas para o sucesso do aluno (quando aplicável e tendo formação) 4. Dá informação fundamentada sobre os trabalhos propostos aos alunos 5. Utiliza uma variedade de recursos adequados para aperfeiçoar a aprendizagem dos alunos
	4. Identificação e vivência do projeto educativo	1. Segue as linhas orientadoras do projeto educativo e usa a metodologia preconizada 2. Estimula a aquisição dos valores propostos no projeto educativo da escola
	5. Comunicação	1. Demonstra proficiência na utilização da vertente escrita da língua portuguesa 2. Demonstra proficiência na utilização da vertente oral da língua portuguesa 3. Promove, no âmbito, da sua área disciplinar o bom uso da língua 4. Promove competências eficazes de comunicação

	6. Planeamento	1. Desenvolve, com os alunos, expectativas atingíveis para as aulas 2. Gere o tempo de ensino de uma forma a cumprir os objetivos propostos 3. Faz ligações relevantes entre as planificações das aulas diárias e as planificações de longo prazo 4. Planifica adequadamente os temas das aulas 5. Planifica adequadamente as aulas 6. Modifica planificações para se adaptar às necessidades dos alunos, tornando os tópicos mais relevantes para a vida e experiência dos alunos 7. Acompanha a planificação do seu grupo disciplinar
	7. Procura de informação e atualização de conhecimentos	1. Utiliza, apropriadamente as tecnologias da informação e da comunicação para melhorar o ensino/aprendizagem 2. Promove, sempre que possível, a utilização destas novas tecnologias de informação, pelos alunos 3. Mantém um registo das suas experiências de aprendizagem relacionando-as com os contextos educacionais 4. Explora formas de aceder e utilizar a pesquisa sobre educação 5. Participa em ações de formação propostas pela escola
	8. Avaliação	1. Alinha as estratégias de avaliação com os objetivos de aprendizagem 2. Utiliza o trabalho do aluno para diagnosticar dificuldades de aprendizagem que corrige adequadamente 3. Aplica adequadamente os instrumentos e as estratégias de avaliação, tanto a curto como a longo prazo 4. Utiliza uma variedade de técnicas de avaliação 5. Utiliza a comunicação contínua para manter tanto os alunos como os pais informados e para demonstrar o progresso do aluno 6. Modifica os processos de avaliação para assegurar que as necessidades dos alunos especiais ou as exceções de aprendizagem são correspondidas 7. Integra a autoavaliação como estratégia reguladora da aprendizagem do aluno
Competências profissionais e de conduta	1. Trabalho de equipa e cooperação inter-áreas	1. Partilha novas aquisições de conhecimentos científicos com os colegas 2. Trabalha cooperativamente com os colegas para resolver questões relacionadas com alunos, as aulas e a escola 3. Participa nos diversos grupos de trabalho da escola (grupos por disciplina, etc. 4. Toma a iniciativa de criar atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola 5. Participa em atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola
Competências sociais e de relacionamento	1. Relação com os alunos e encarregados de educação	1. Demonstra preocupação e respeito para com os alunos, mantendo interações positivas 2. Promove, entre os alunos, interações educadas e respeitadas 3. Tem capacidade para lidar com comportamentos inadequados dos alunos 4. Mantém um canal de comunicação informal, de abertura e de proximidade com os alunos 5. Aplica o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos 6. Conhece, explica e implementa eficazmente os regulamentos existentes 7. Demonstra ter bom relacionamento com os encarregados de educação 8. Promove um ambiente disciplinado

		9. Promove o compromisso efetivo dos encarregados de educação na concretização de estratégias de apoio à melhoria e sucesso dos alunos 10. Mobiliza valores e outras componentes dos contextos culturais e sociais, adotando estratégias pedagógicas de diferenciação, conducentes ao sucesso de cada aluno
	2. Envolvimento com a comunidade educativa	1. Demonstra estar integrado na comunidade educativa 2. Reconhece e releva os esforços e sucessos de outros (elementos da comunidade educativa) 3. Inicia contactos com outros profissionais e agentes da comunidade para apoiar os alunos e as suas famílias, quando adequado 4. Cria oportunidades adequadas para os alunos, seus pais e membros da comunidade partilharem a sua aprendizagem, conhecimentos e competências com outros, na sala de aula ou na escola
	1. Liderança	1. Adapta o seu estilo de liderança às diferentes características dos colaboradores 2. Favorece a autonomia progressiva do colaborador 3. Obtém o cumprimento das suas orientações através de respeito e adesão 4. É um exemplo de comportamento profissional para a equipa 5. No caso de estar nas suas funções, identifica e promove situações que requerem momentos formais de comunicação com alunos, encarregados de educação
	2. Motivação	1. Dá apoio e mostra-se disponível sempre que alguém necessita 2. Elogia com clareza e de modo proporcionado 3. Mostra apreço pelo bom desempenho dos seus colaboradores
	3. Delegação	1. Delega todas as tarefas e responsabilidades em que tal é adequado 2. Promove a delegação desafiante, proporcionando assim oportunidades de desenvolvimento individual dos seus colaboradores 3. Ao delegar deixa claro o âmbito de responsabilidade, os recursos e o objetivo final 4. Responsabiliza os delegados pelos resultados das tarefas atribuídas 5. Controla em grau adequado
	4. Planeamento e controlo	1. Elabora planos, documentados, para as principais atividades, rentabilizando os recursos humanos e materiais 2. Baseia o seu planeamento em previsões realistas, definindo calendários, etapas e sub-objetivos, e pontos de controlo das atividades em momentos-chave
	5. Estratégia	1. Formula uma visão estratégica positiva e motivante 2. Envolve a equipa e suscita a sua adesão à visão 3. Promove processos, atividades e estilos de atuação coerentes com a visão 4. O seu discurso é um exemplo de coerência com a visão 5. A sua ação é um exemplo de coerência com a visão 6. Integra na sua visão estratégica a gestão da qualidade

	7. Reconhecimento	1. Reconhece boas práticas 2. Estimula boas práticas (que não sejam necessariamente inovadoras)
	8. Gestão da inovação	1. Incentiva a análise crítica dos métodos de trabalho, encorajando a inovação 2. Recolhe sugestões e propõe à equipa temas concretos para inovação 3. Reconhece e elogia em ocasiões públicas ações de inovação 4. Aplica medidas de inovação ou reformulação de procedimentos
	9. Avaliação	1. Implementa mecanismos formais de avaliação dos processos de gestão que lhe estão confiados 2. Garante a implementação de ações de melhoria resultantes dos processos formais de avaliação 3. Gere de forma eficaz (integrando a informação em futuras ações) a avaliação de todo o processo de gestão

ANEXO II

Definição de profissões e categorias profissionais

Trabalhadores docentes

Educador de infância - É o trabalhador com habilitação de uma classe infantil. Organiza e aplica os meios educativos adequados em ordem ao desenvolvimento integral da criança: psicomotor, afetivo, intelectual, social, moral, etc. Acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais no sentido de se obter uma ação educativa integrada. É também designado por educador de infância o trabalhador habilitado por diploma outorgado pelo Ministério da Educação e Ciência para o exercício das funções atrás descritas, desde que efetivamente as exerça ou como tal tenha sido contratado.

Professor - É o trabalhador que exerce a atividade docente em estabelecimento de ensino particular e cooperativo ou

Formador - É o trabalhador que exerce a actividade docente maioritariamente na área técnica do currículo do ensino

ANEXO III

Tabelas salariais

Docentes e formadores

7DEHOD \$ 'RFHQWHV SUR¿VVLRQ
UHVSRQVDE Super (Co-Garanta II) UULHQW Dom R

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	A8	1 152,00 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos	A7	1 416,00 €
6 anos		
7 anos		
8 anos		
9 anos		

10 anos	A6	1 525,00 €
11 anos		
12 anos		
13 anos		
14 anos		
15 anos	A5	1 768,00 €
16 anos		
17 anos		
18 anos		
19 anos		
20 anos	A4	1 960,00 €
21 anos		
22 anos		
23 anos		
24 anos		
25 anos	A3	2 111,00 €
26 anos		
27 anos		
28 anos		
29 anos		
30 anos	A2	2 408,00 €
31 anos		
32 anos		
33 anos		
34 anos		
35 anos	A2	2 408,00 €
36 anos		
37 anos	A1	3 053,00€

8 anos	II.2	1 500 €
9 anos		
10 anos		
11 anos		
12 anos		
13 anos		
14 anos		
15 anos	II.3	2 000 €
16 anos ou mais		

7DEHOD , , ,)RUPDGRUHV QR HQV

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	III.1	1 100 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos		
6 anos		
7 anos	III.2	1 300 €
8 anos		
9 anos		
10 anos		
11 anos		
12 anos		
13 anos		
14 anos	III.3	1 800 €
15 anos		
16 anos ou mais	III.3	1 800 €

Tabela IV - Artigo 39.º

7DEHOD , , 'RFHQWHV QR HQVLQR SURZVVLRQDO

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	II.1	1 200 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos		
6 anos		
7 anos		

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	IV.1	1 100 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos		
6 anos		
7 anos		

8 anos	IV.2	1 300 €
9 anos		
10 anos		
11 anos		
12 anos		
13 anos		
14 anos		
15 anos		
16 anos ou mais	IV.3	1 800€

Tabela K - Docentes do ensino artístico especializado
Q m R O L F H Q F L D G R V R X Q m R

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	K8	974,00 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos	K7	1 098,00 €
6 anos		
7 anos		
8 anos		
9 anos		
10 anos	K6	1 154,00 €
11 anos		
12 anos		
13 anos		
14 anos	K5	1 226,00 €
15 anos		
16 anos		
17 anos		
18 anos		
19 anos	K4	1 409,00 €
20 anos		
21 anos		
22 anos		
23 anos		
24 anos		
25 anos		

26 anos	K3	1 504,00 €
27 anos		
28 anos		
29 anos		
30 anos		
31 anos		
32 anos	K2	1 653,00 €
33 anos		
34 anos		
35 anos		
36 anos	K1	1 960,00 €
37 anos		

Tabela P - Docentes de actividades não incluídas no currículo obrigatório e outros docentes

Anos completos de serviço	Nível	Retribuição
0 anos	P8	909,00 €
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos	P7	960,00 €
6 anos		
7 anos		
8 anos		
9 anos	P6	1 010,00 €
10 anos		
11 anos		
12 anos		
13 anos	P5	1 061,00 €
14 anos		
15 anos		
16 anos		
17 anos		
18 anos	P4	1 111,00 €
19 anos		
20 anos		
21 anos		
22 anos		
23 anos		
24 anos		
25 anos		

26 anos	P3	1 162,00 €
27 anos		
28 anos		
29 anos		
30 anos		
31 anos	P2	1 212,00 €
32 anos		
33 anos		
34 anos		
35 anos		
36 anos	P1	1 263,00 €
37 anos		

'HSRVLWDGR HP GH MDQHLUR
12, com o n.º 10/2019, nos termos do artigo 494.º do Código
do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro.

Contrato coletivo entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e o SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores

Acordam na celebração de um contrato coletivo de trabalho nos termos que seguem.

Para efeitos do disposto no artigo 492.º, número 1, alínea g) do Código do Trabalho, declara-se que a presente convenção abrange 600 empregadores e 1224 trabalhadores.

Assinado em Lisboa, a 18 de dezembro de 2018.

Pela Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e em representação das seguintes associações suas associadas:

AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo.

\$1(632 \$VVRFLDomR 1DFLRQD
nais.

João Alvarenga, mandatário com poderes para o ato.

Pelo SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores:

Filipe Abreu, mandatário com poderes para o ato.

Artigo 1.º

Âmbito

1- A presente convenção é aplicável, em todo o território nacional, aos contratos de trabalho celebrados entre os estabelecimentos de ensino representados pelas associadas da Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e os trabalhadores sindicalizados ao seu serviço, representados pela associação sindical outorgante.

2- Esta convenção abrange 600 (seiscentos) empregadores e 1224 (mil duzentos e vinte e quatro) trabalhadores, bem

como os trabalhadores que a ela adiram.

3- Entende-se por estabelecimento de ensino os estabeleci-
PHQWRV GH HQVLQR SDUWLFXODU H F
VLRQDLV WDO FRPR GH QLGRV QRV '
4 de novembro, e o Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho,
respetivamente.

4- As disposições da presente convenção consideram-se sempre aplicáveis a trabalhadores de ambos os sexos.

Artigo 1.º-A

Adesão individual ao contrato

outorgantes, a quem não se aplica o presente contrato colectivo, e pretendam que este passe a ser-lhes aplicável, deverão comunicá-lo por escrito à direcção do estabelecimento de ensino:

a) No prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação, para que o presente acordo produza efeitos desde a sua entra-

GD HP YLJRU QRV WHUPRV GR Q~PHU

b) Para além do previsto na alínea anterior, em qualquer altura, situação em que o presente acordo produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de adesão.

2- Ao aderir a este acordo, o trabalhador concorda em compartilhar nas despesas de negociação, celebração e revisão do contrato coletivo de trabalho em prestação correspondente a 0,5 % da remuneração ilíquida mensal durante o período de vigência do contrato.

3- A renovação sucessiva da presente convenção permite
 DRV WUDEDOKDGRUHV QmR 2 OLDGRV
 QRYDomR GR VHX SHGLGR GH DGHVm
 números anteriores.

4- Os pedidos de adesão à presente convenção são feitos diretamente e voluntariamente a um dos sindicatos subscri-
WRUHV H TXH FRQVWDP GR DUWLJR
a vontade do trabalhador, os pedidos podem ser realizados
junto da entidade empregadora.

5- A contribuição prevista no número 2 é satisfeita voluntariamente a qualquer um dos sindicatos subscritores desta Convenção. Vencido o vencimento escolhido pelo trabalhador, a qual deverá ser paga mensalmente, através de autorização de débito direto durante o período de vigência da convenção ou durante o número de meses de contrato celebrado com o trabalhador ou através de desconto autorizado pelo trabalhador, realizado mensalmente no salário pela entidade patronal, a qual reenviará os montantes descontados para os sindicatos escolhidos, até ao quinto dia sobre a data do desconto, comunicando no mesmo prazo a cada sindicato seleccionada a relação dos trabalhadores a quem foram realizados os descontos.

6- Independentemente das opções de adesão, previstas no número 4, e das opções de prestação da contribuição, previstas no número 5, o trabalhador deverá, quando comunicar ao sindicato escolhido a sua preferência e/ou quando da primeira prestação da contribuição, indicar a designação da entidade empregadora, estabelecimento de ensino ou formação R PRUDGD UHPXQHUDomR L0tTXL (trabalhador do quadro do estabelecimento ou contratado) e